

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>NOME</b>	Rui Medeiros
<b>NOME PROFISSIONAL</b>	Rui Medeiros
<b>CONTACTO TELEFÓNICO</b>	210933000
<b>E-MAIL</b>	rm@servulo.com
<b>DADOS PROFISSIONAIS</b>	
<b>Atividade profissional atual</b>	
<p>Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa</p> <p>Sócio da Sérvulo &amp; Associados</p>	
<b>Resenha do Percorso Profissional</b>	
<p>Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa desde julho de 2017. Coordenador do Curso de Mestrado em Direito Administrativo da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, desde 2007. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, entre maio de 2002 e maio de 2005. Diretor do Católica Research Centre for the Future of Law em Lisboa em 2013 e entre 2015 e 2018. Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1990.</p> <p>Sócio, desde a data da constituição da Sociedade em janeiro de 1999, da «Sérvulo Correia &amp; Associados, Sociedade de Advogados», a qual, a partir de janeiro de 2008, passou a designar-se «Sérvulo &amp; Associados, Sociedade de Advogados». <i>Managing partner</i> da referida Sociedade de Advogados entre setembro de 2006 e março de 2011.</p> <p>Participação em várias reformas legislativas, designadamente colaboração na elaboração do anteprojeto de lei sobre a responsabilidade civil do Estado, do anteprojeto de Lei da Água e do anteprojeto do Código dos Contratos Públicos, nomeado pelo Despacho Conjunto n.º 179/2006, de 27 de janeiro de 2006, dos Ministros de Estado e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.</p> <p>Membro do <i>European Group of Public Law</i>. Membro da Direção do Instituto das Sociedades de Advogados, entre 2006 e 2010. Presidente da Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano, entre 2013 e 2014. Ministro da Modernização Administrativa do XX Governo Constitucional, tendo tomado posse no dia 30 de outubro de 2015 e tendo o Governo visto o seu programa rejeitado na Assembleia da República no dia 10 de novembro do mesmo ano.</p>	
<b>Experiência Arbitral</b>	
<p>Participação como árbitro em numerosas arbitragens <i>ad hoc</i> ou institucionalizadas sobretudo na área do direito público, mas também na área do direito privado. Além disso, participação sempre como árbitro-presidente em várias arbitragens requeridas ao abrigo da Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro, que criou um regime de composição dos litígios emergentes de direitos de propriedade industrial quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos.</p> <p>Membro da lista de árbitros do Centro de Arbitragem da Associação Comercial de Lisboa, do Instituto de</p>	



Arbitragem Comercial da Associação Comercial do Porto, do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), do Centro da Concórdia, do Centro de Arbitragem da Universidade Católica Portuguesa e da Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (CAMFIEP).

Desde 2015, membro do Conselho do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa e, desde outubro de 2016, membro da Comissão Executiva da Delegação Nacional Portuguesa da CCI. Presidente da Conselho para a Arbitragem de Direito Público da Associação Portuguesa de Arbitragem, desde junho de 2017.

#### Áreas de exercício preferencial

Direito Público.

#### Trabalhos Publicados (áreas)

##### PUBLICAÇÕES MAIS RELEVANTES

- *Constituição Portuguesa anotada*, I, 2010 (2.ª ed.), II, 2018 (2.ª ed.), e III, 2020 (2.ª ed.), (em coautoria com Jorge Miranda);
- *A fiscalização da contratação pública pelo Tribunal de Contas – Alguns aspetos*, in *RDA*, Ano III, n.º 8 (maio-agosto 2020), pp. 5-25;
- *A Constituição portuguesa num contexto global*, Lisboa: UCE, 2015;
- *Constitucionalismo de matriz lusófona: realidade e projeto*, Lisboa: Verbo, 2011;
- *Direitos, Liberdades e Garantias e Direitos Sociais: entre a unidade e a diversidade*, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Manuel Sérvulo Correia*, I, Coimbra Editora, 2010, pp. 657-683;
- *A força expansiva do conceito de norma fiscalizável no sistema português de fiscalização concentrada da constitucionalidade*, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Armando M. Marques Guedes*, Coimbra Editora, 2004, pp. 183-202;
- *O Estado de Direitos Fundamentais portugueses: alcance, limites e desafios*, in *Anuário Português de Direito Constitucional*, II, 2002, pp. 23-43;
- *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o Estado Português*, in *Nos 25 Anos da Constituição da República Portuguesa de 1976*, Lisboa: AAFDL, 2001, pp. 227-293 / *La Charte des Droits Fondamentaux de l'Union Européenne, la Convention Européenne des Droits de l'Homme et le Portugal*, in *Revue Européenne de Droit Public*, vol. 14, n.º 1, 2002, pp. 629-680;
- *A Decisão de Inconstitucionalidade*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 1999;
- *Ensaio sobre a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos*, Coimbra: Almedina, 1992.

##### PUBLICAÇÕES NA ÁREA DA ARBITRAGEM

- *Arbitragem necessária e Constituição*, in *Estudos em memória do Conselheiro Artur Maurício*, Coimbra Editora, 2014, pp. 1301-1330;
- *Tribunal Unificado de Patentes e Constituição*, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos*, II, Coimbra: Almedina, 2016, pp. 487 e ss. (em coautoria com Maria Manuel Simões);
- *Regime de recurso das decisões arbitrais no CCP revisto: uma reflexão constitucional*, in *A Constituição e a Administração Pública* (coord. Pedro Fernández Sánchez / Luís Alves), Lisboa:

AAFDL, 2018, pp. 117-140;

- *Arbitragem administrativa e Constituição*, in *Estudos em Homenagem a Agostinho Pereira de Miranda*, Coimbra: Almedina, 2019, 447-463;
- *Nem oito nem oitenta...A propósito da proposta de uma LAV para as arbitragens administrativas*, in *RDA*, N.º 7 (Janeiro / Abril 2020), pp. 68-74;
- *Administrative Arbitration*, in *International Arbitration in Portugal* (eds. André Pereira da Fonseca / Dário Moura Vicente / Mariana França Gouveia / Alexandra Nascimento Correia / Filipe Vaz Pinto), Wolters Kluwer, 2000, pp. 371-414 (em coautoria com Marta Portocarrero).

**Idiomas Profissionais**

Português / inglês / francês

**Associação/Ordem Profissional**

Inscrito na Ordem dos Advogados

Declaro para os efeitos previstos no disposto no art.º 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU)2016/679 do P. E. e do Conselho de 27 de abril (RGPD) prestar, por este meio, o meu consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais pelo Instituto de Arbitragem Comercial.

Data 17.05.2021 Assinatura Rui Rocha

